



UK PACT MRV/71 | Confira os principais resultados do projeto até o momento no 2º Boletim Informativo!

A ICC Brasil e a WayCarbon estão apoiando o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e o Governo Federal no desenho do mercado de carbono regulado, especificamente no que se refere a aceitação e registro de compensações. Financiados pelo UK PACT (Partnering for Accelerated Climate Transitions), estamos trabalhando no desenvolvimento de recomendações ao sistema brasileiro atualmente em discussão no Congresso Nacional, baseando-nos também em experiências internacionais.

Em sua segunda edição, iremos abordar as atualizações do projeto após a publicação da [primeira versão](#). Neste boletim, você ficará por dentro de: **i) principais atividades realizadas**, e **ii) próximas etapas**.



Workshop sobre Diretrizes para aceitação de compensações no Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) reuniu o governo federal para debater os resultados da primeira etapa do projeto

No dia 8 de agosto, a ICC Brasil, WayCarbon e MDIC realizaram um workshop exclusivo para representantes do governo federal, que têm acompanhado o tema, em Brasília. O evento teve como objetivo apresentar os resultados da primeira etapa do projeto implementado pela ICC Brasil e WayCarbon.

O Workshop abordou as diretrizes para aceitação de compensações no Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), baseadas em intenso trabalho de coleta, análise e interpretação de documentos, conversas com órgãos gestores de sistemas de comércio de emissões de outras jurisdições (China, Coreia do Sul e Califórnia) e consultas ao setor privado e entidades da sociedade civil envolvidas em projetos de carbono.



O evento iniciou com as falas de **João Francisco Avelino**, Diretor do Departamento de Descarbonização e Finanças Verdes do MDIC; **Elizabetta Albernaz**, Gerente ICF - Energia e Descarbonização da Indústria do Governo do Reino Unido no Brasil; **Gabriella Dorlhiac**, Diretora Executiva da ICC Brasil; e **Henrique Pereira**, Co-fundador e COO da WayCarbon.

Em seguida, foram realizadas duas sessões. **Beatriz Soares**, Coordenadora-Geral de Finanças Verdes da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do MDIC, fez uma breve introdução sobre o tópico, enquanto a equipe da WayCarbon compartilhou as principais conclusões extraídas das experiências internacionais, da análise de escopos e de padrões independentes de certificação, além de discutir requisitos para garantia de qualidade e integridade. Houve um momento aberto para debate entre os participantes.



O encontro proporcionou uma oportunidade para os membros do Grupo Técnico de Natureza Temporária do SBCE (GTT SBCE) e representantes do governo federal discutirem os resultados do relatório técnico e refletirem sobre o cenário futuro, após a aprovação do PL, de estruturação do mercado de carbono regulado nacional.



Como construímos o primeiro relatório técnico?

O relatório foi elaborado buscando fornecer recomendações para o SBCE a respeito do credenciamento de programas independentes de certificação de carbono para aceitação de créditos de carbono. O relatório foi fundamentado em um extenso processo iniciado em outubro de 2023, que incluiu:

- Benchmarking de padrões internacionais e escopos setoriais adotados, ou anteriormente adotados, em Sistemas de Comércio de Emissões (ETS) de jurisdições selecionadas (China, Coreia do Sul e Califórnia);
- Identificação de critérios e processos para a aceitação de créditos de carbono em cada estágio da implementação do mercado de carbono regulado nas jurisdições selecionadas;
- Análise comparativa de programas internacionais de registro, como Verra, Gold Standard e ART Trees;
- Avaliação de escopos setoriais elegíveis para projetos de carbono em programas de registro selecionados, identificando aqueles com mais aderência ao contexto brasileiro;
- Avaliação dos princípios de garantia de qualidade em programas de registro selecionados, identificando requisitos mínimos para a acreditação de compensações no SBCE;
- Identificação e adaptação, quando aplicável, de princípios de Igualdade de Gênero e Inclusão Social (GESI) a serem incorporados nos critérios e na avaliação de créditos de carbono para o SBCE.

Adicionalmente, foram coletados insumos por meio de reuniões bilaterais, sessões informativas e workshops com stakeholders relevantes dos setores público, privado e da sociedade civil.

As conclusões do relatório técnico não são exaustivas, mas esperamos que as discussões e as informações fornecidas sirvam como subsídios valiosos tanto para os formuladores de

políticas quanto para a sociedade em geral, criando um ambiente propício para a regulamentação de um mercado de carbono regulado nacional robusto, eficiente e transparente.



Destaques das contribuições do setor privado e instituições da sociedade civil

As sessões de tomada de subsídios com atores do setor privado e instituições representantes da sociedade civil para o primeiro relatório técnico aconteceram nos dias 04 e 05 de julho. Durante as sessões, os participantes discutiram a importância de implementar uma regulamentação clara e eficiente para o mercado de carbono regulado brasileiro, promover a interoperabilidade entre os mercados, realizar benchmarks internacionais e investir na capacitação técnica.

Enfatizaram também a necessidade de salvaguardas ambientais e cobenefícios sociais, como educação e infraestrutura, para garantir impactos positivos nas comunidades. A transparência de dados, o engajamento comunitário e a adaptação às necessidades locais foram considerados essenciais para o sucesso dos projetos de carbono, visando um desenvolvimento sustentável e inclusivo.



Próximos passos do projeto!

A segunda etapa do projeto envolve a formulação de recomendações para a integração dos registros de compensação ao Registro do SBCE. Assim como na etapa anterior, as recomendações serão desenvolvidas com base em uma coleta e análise extensiva de informações, benchmarks internacionais e contribuições de importantes atores do mercado. As conclusões da segunda etapa devem ser apresentadas ao Governo Federal no primeiro trimestre de 2025.

Quer continuar recebendo os boletins informativos e contribuir com o trabalho?

[Sinalize seu interesse aqui!](#)

Até o próximo boletim!

